

1 **Ata da 43ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades realizada nos dias 1, 2 e 3**
2 **de dezembro de 2014.**

3
4 No dia 1 de dezembro de 2014, no auditório do Ministério das Cidades, nesta cidade,
5 deu-se início aos trabalhos da 43ª Reunião do Conselho das Cidades - ConCidades
6 mediante convocação de seus membros, conforme o Regimento Interno deste Conselho.

7 **1.** O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Paulo Rochel, declarou abertos os
8 trabalhos e convidou para compor a mesa dois representantes dos segmentos para ajudar
9 no andamento dos trabalhos. **2.** A ata da 42ª Reunião foi aprovada sem modificações.

10 **ANDAMENTO DAS MOÇÕES:** Foi encaminhada ao Presidente do Senado Federal,
11 Renan Calheiros, a Moção de Apelo ao Senado Federal para referendar o Decreto 8.243
12 de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e
13 o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS. A Moção de Apoio à Comunidade
14 Passarinho, Recife-PE, foi encaminhada ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado
15 de Pernambuco, o Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves. A Moção de
16 Apoio à comunidade de Vila Soma – Sumaré – SP foi encaminhada para as seguintes
17 autoridades: Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Márcio Fernando
18 Elias Rocha, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,
19 Desembargador José Renato Nalini, ao Chefe de Gabinete da Prefeitura de Sumaré,
20 João Alberghini Sobrinho, e ao Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo do Estado
21 de São Paulo, Saulo de Castro Abreu Filho. A Moção de Apoio a Relatora Especial da
22 Organização das Nações Unidas foi encaminhada para as seguintes autoridades: ao
23 Diretor do Escritório Regional para América Latina e Caribe da ONU-HABITAT, Elkin
24 Velasquez e ao Secretário do Governo do Estado de São Paulo, Saulo de Castro Abreu
25 Filho. A Moção de Apoio ao Recurso Extraordinário 607940 foi encaminhada ao
26 Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski. A Moção
27 sobre a preparação da 3ª Conferência das Nações Unidas a Habitat III, foi encaminhada
28 ao Diretor do Escritório Regional para América Latina e Caribe da ONU HABITAT,
29 Elkin Velasquez. **ANDAMENTO DAS RESOLUÇÕES:** **1.** A Resolução

30 Recomendada nº 165, de 27 de julho de 2014, que recomenda que o Congresso
31 Nacional não revogue o Decreto 8.243 que institui a PNPS foi publicada em 11 de
32 novembro de 2014. **2.** A Resolução Administrativa nº 30, de 25 de julho de 2014, que
33 dispõe sobre providências para o funcionamento dos Comitês Técnicos e Grupos de
34 Trabalho foi encaminhada à Consultoria Jurídica. **3.** A Resolução Recomendada nº 169,
35 de 31 de outubro de 2014, que recomenda ao Ministério das Cidades a criação de
36 programa nacional específico para regularização fundiária associada à solução
37 habitacional em áreas de conflitos fundiários recebeu parecer favorável da Consultoria
38 Jurídica e observações da Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Foi sugerido que
39 essa voltasse para o debate do Grupo Técnico. **4.** A Resolução Administrativa nº 31 de
40 31 de outubro de 2014 que cria o Grupo de Trabalho de Planejamento da Conferência
41 Nacional das Cidades foi encaminhada ao Gabinete do Ministro. **5.** A Resolução
42 Administrativa nº 32, de 31 de outubro de 2014, que cria o Grupo de Trabalho para
43 sistematizar e consolidar as propostas de alteração do Regimento Interno não encontrou
44 óbice na Consultoria Jurídica e segue para o Gabinete do Ministro. **GT MORADIA**
45 **SOCIAL. 1.** Letícia Teixeira apresentou um histórico sobre o GT de Moradia Social e
46 defendeu que diante do quadro de indefinição sobre o foco da pauta e a coordenação do
47 GT, que sofreram mudanças ao longo do tempo, não fazia mais sentido a continuidade
48 dele. Paulo Rochel informou da observância do Regimento Interno e que o GT tem que
49 estabelecer o seu plano de trabalho, suas metas e prazo de duração. **2.** O Segmento
50 Movimento Popular pediu solidariedade dos outros segmentos quanto à manifestação

51 que eles estavam realizando do lado de fora do Ministério. Logo depois foi
52 encaminhado que os integrantes dos Movimentos Populares ficassem na reunião no
53 período da tarde para participar do tema de conjuntura. **PERÍODO DA TARDE. 1.**
54 **TEMA DE CONJUNTURA: DESAFIOS PARA POLÍTICA DE**
55 **DESENVOLVIMENTO URBANO PARA O NOVO MANDATO**
56 **PRESIDENCIAL:** Renata Cardoso Magagnin, Professora da UNESP de Bauru,
57 apresentou o desafio da acessibilidade nos próximos anos. **2.** Yuri Rafael Della Giustina
58 da SNAPU informou que o Ministério das Cidades pretende é a consolidação de uma
59 Política Nacional de Desenvolvimento Urbano pautada na ampla participação da
60 sociedade, diminuição da desigualdade socioterritorial e sustentabilidade ambiental. Um
61 dos desafios a serem superados é a instituição e a implantação do Sistema Nacional de
62 Desenvolvimento Urbano. **3. DEBATE: A ESTRATÉGIA DE**
63 **DESENVOLVIMENTO NACIONAL E O PPA:** Igor Vinicius Geracy do
64 Departamento de Temas Sociais da Secretaria de Planejamento e Investimentos do
65 Ministério do Planejamento afirmou que o Conselho das Cidades é primordial para
66 aprimorar o processo de planejamento do país, sobretudo no que diz respeito à política
67 de desenvolvimento urbano que é uma política estratégica no PPA. **4.** Foi pedido que os
68 dois Comitês Técnicos de Habitação e de Planejamento incluam na pauta do segundo
69 dia de reunião a questão do GT de Moradia Social para que seja trago algo para
70 deliberar no último dia da reunião. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE**
71 **MOBILIDADE. 1.** Foi relatado sobre a oneração do transporte coletivo e desoneração
72 do transporte individual motorizado. Sobre a nova resolução da Aneel, que institui uma
73 nova tarifação para os sistemas metroviários, foi proposta uma resolução para criação de
74 um grupo interministerial para o acompanhamento da situação. O Comitê de
75 Mobilidade solicitou que para a segunda reunião do ano que vem, um dos temas de
76 conjuntura seja sobre Desenvolvimento Urbano, Isenção e Política Tarifária do Sistema
77 de Mobilidade Urbana. Sugeriram um debate de conjuntura sobre a desoneração de
78 todas as políticas setoriais que compõem a reforma urbana. **2.** O Diretor Marco Motta
79 apresentou o que a Secretaria tem desenvolvido nas questões de formação e de
80 divulgação da Lei da Política de Mobilidade. O Comitê ouviu uma apresentação do
81 Denatran sobre segurança no trânsito, o histórico da ONU nesse debate e todo o plano
82 de ação que foi construído nesse período. Destacou que no ano de 2015 acontecerá um
83 encontro a nível ministerial dos dez países da década. Ficou acertado que haverá uma
84 reunião do subgrupo para tratar da Política Nacional do Trânsito, avançar nas questões
85 do FUNSET e DPVAT, pois esses recursos estão contingenciados. O segundo subgrupo
86 de trabalho (CBTU, Trensurb) está tratando da Política Metroferroviária e ficou
87 acertado que haverá um seminário em janeiro. No dia 18 de dezembro haverá uma
88 reunião preparatória e a previsão é que na primeira ou segunda reunião de 2015 já
89 estarão apresentando um resultado desse ponto de debate. O terceiro subgrupo tratou da
90 sensibilização sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana e elaboração dos planos
91 municipais. Foi proposto que cada Comitê trata-se individualmente do tema de
92 desoneração e após esse processo, reunido no pleno do ConCidades, trabalhariam para
93 ter uma visão geral do tema. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE HABITAÇÃO**
94 **1.** O primeiro ponto da pauta foi PAC urbanização de favelas, avanços e desafios. Os
95 principais desafios para o refinamento do programa são: aprimorar o modelo de
96 execução por meio da melhoria da qualidade dos projetos; estabelecer tipologias de
97 intervenção para grandes complexos, periferias, áreas consolidadas e degradadas;
98 pulverização dos recursos a serem alocados em todo o território nacional versus
99 focalização de grandes complexos; implantar programas complementares para alavancar
100 melhorias habitacionais por meio da assistência técnica e do financiamento; integração

101 com outras políticas sociais (educação, saúde, assistência, trabalho e segurança);
102 violência versus território; intervenções com foco no saneamento versus ressignificação
103 da paisagem; e padrões de serviços compatíveis com da cidade formal. **2.** Apresentação
104 de programas para subsidiar Minha Casa Minha Vida 3: histórico, atores, instituições
105 participantes, principais objetivos e experiências, e os resultados empreendidos até o
106 momento. Foi ressaltada a importância da certificação de técnicas, materiais e soluções
107 de projeto no sentido adequar os projetos em cada região do país. **3.** Foi sugerido o
108 encaminhamento de três documentos para a sistematização: a resolução recomendando a
109 criação da força-tarefa com a finalidade de diagnosticar todas as dificuldades das
110 entidades e promover oficinas no sentido de desenvolver alternativas e soluções para o
111 problema; a resolução recomendando a criação de uma rede virtual de contato e
112 colaboração de todos os conselheiros, delegados e militantes atuantes na reforma
113 urbana; e o encaminhamento da moção de repúdio ao auxílio moradia para os
114 magistrados. **4.** Foi apresentada uma proposta de lançamento de um Ensino à Distância
115 para conselheiros de habitação estaduais e municipais além da proposta de Ensino à
116 Distância de entidades. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE SANEAMENTO**
117 **AMBIENTAL. 1.** Retomou a discussão sobre o plano de ações prioritárias para o
118 Comitê Técnico nos período de 2014 a 2016 com os seguintes tópicos: planejamento,
119 prestação de serviços, participação e controle social, regulação e fiscalização, sistema de
120 informações e políticas públicas. **2.** Discussão sobre a Política Nacional de Resíduos
121 Sólidos. **3.** Foi proposta uma moção de apoio e de estímulo ao trabalho do professor Leo
122 Heller nomeado na ONU como relator especial para o Direito Humano a Água e ao
123 Saneamento. **4.** Discussão sobre dois GTs de interesse do Comitê: o Grupo sobre
124 Consórcios Públicos, encaminhou que na próxima reunião a Confederação Nacional dos
125 Consórcios Intermunicipais faça uma apresentação cujo tema é Consórcio Público
126 Multifinalitário, desafios e perspectivas para que o pleno decida pela retomada ou não
127 desse GT. GT Orçamento – PAC: decidiram trazer para o pleno uma proposta para que
128 a Coordenação-Executiva do Conselho das Cidades convoque o GT para funcionar. **5.**
129 Foi proposto para a próxima reunião do Conselho um debate sobre a crise hídrica
130 nacional. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE PLANEJAMENTO: 1.** O
131 primeiro informe foi sobre a Adin impetrada pelo Ministério Público do Distrito Federal
132 sobre uma regulamentação de condomínios fechados feita pelo GDF que não contou
133 com ampla participação popular. **2.** O segundo informe foi sobre o andamento dos
134 trabalhos do GT interno do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. **3.** O terceiro
135 informe foi sobre o andamento do trabalho de elaboração dos cadernos técnicos que
136 tratam dos instrumentos do Estatuto das Cidades e foi solicitado que fosse enviado por
137 e-mail. **4.** Foi elaborada uma Resolução sobre a campanha da função social da
138 propriedade e foi proposta sua inclusão como tema de conjuntura para a próxima
139 reunião. Realização de um seminário amplo com parceiros nacionais, conselhos,
140 Ministério das Cidades, Ministério da Justiça, OAB, Movimentos, CNJ, CNBB e outros
141 para o lançamento da campanha em março de 2015. Foi aprovada a proposição de um
142 evento paralelo na segunda PrepCom da HABITAT III sobre o Direito à Cidade e
143 Função Social. Realização de uma reunião de trabalho do Comitê para definir o plano
144 de ação da campanha nos cinco eixos que foram apresentados. **5.** Discutiu-se a
145 Resolução da Aneel sobre iluminação pública que dispõe que as Concessionárias de
146 iluminação pública tem o prazo até dezembro de 2014 para transferirem seus ativos para
147 as prefeituras. **6.** Discutiram a pertinência de manter o GT de Moradia Social e o
148 Comitê chegou à conclusão de que a posição dele era propor a sua extinção, e que o
149 tema da locação social fosse incorporado à campanha. **7.** Foi apresentada uma moção
150 sobre auxílio moradia dos magistrados. **8.** Foi aprovada uma resolução sobre a

151 Campanha da Função Social da Propriedade e outra sobre a recomendação de criação de
152 núcleos especializados para a defesa de casos de conflitos fundiários dentro das
153 Defensorias da União e dos Estados. **10.** Foi solicitada uma sala de reunião adequada
154 para o Comitê de Planejamento, pois a do IPEA não está satisfazendo os anseios dos
155 integrantes do Comitê Técnico. **RELATO DO GT CONFLITOS: 1.** O GT Conflitos
156 aprovou seu plano de trabalho e na última reunião do Conselho deliberou que suas
157 reuniões acompanhariam o calendário de reuniões do Conselho das Cidades. **2.** Foi
158 apresentada a discussão de uma tipologia e fluxos para o tratamento de conflitos
159 fundiários urbanos. **3.** Um informe sobre os casos que tem sido acompanhado pela
160 Secretaria Nacional de Programas Urbanos e pelo GT Conflitos. **4.** Foi encaminhado o
161 pedido reiterando a participação do Conselho das Cidades na Comissão Intersetorial de
162 Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. **5.** Por o GT não ter consigo cumprir a pauta
163 foi encaminhado que seja realizada uma reunião extraordinária em meados de janeiro.
164 **PERÍODO DA TARDE. 1.** O Ministro de Estado das Cidades, Gilberto Occhi, falou
165 de uma possível agenda dos Movimentos com a Presidenta. **2.** A seguir realizou o
166 lançamento da plataforma site www.participa.br/habitat que é o fórum de participação
167 da sociedade brasileira na construção do relatório nacional para 3ª Conferência da ONU
168 sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). **RESOLUÇÕES.**
169 **1.** Foi aprovada a resolução que aprova a seleção de entidades integrantes do Conselho
170 das Cidades, para fins de composição do Conselho Gestor do Fundo Nacional de
171 Habitação de Interesse Social – FNHIS. **2.** Foi aprovada a resolução recomendada que
172 cria uma rede virtual de relacionamento e atribui funções a todos os participantes eleitos
173 ou indicados por seu segmento no processo da Conferência Nacional das Cidades. **3.** Foi
174 aprovada a resolução que recomenda ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica
175 Federal a criação de uma força-tarefa com o objetivo de realizar um diagnóstico
176 detalhado das dificuldades específicas de execução dos ritos processuais no Programa
177 Minha Casa, Minha Vida – Entidades. **4.** Foi aprovada a resolução que recomenda que o
178 Ministério das Cidades solicite à Casa Civil da Presidência da República o
179 estabelecimento de política de governo que vise orientar ajustes nos procedimentos e na
180 forma atualmente interpretada de faturamento do fornecimento de energia elétrica aos
181 serviços de transporte público por meio de tração elétrica, bem como a criação de Grupo
182 de Trabalho Interministerial que vise avaliar e propor medidas para tratamento tarifário
183 adequado de custos, com base nas diretrizes de governo, entre concessões de serviços
184 públicos de distribuição de energia elétrica e transporte público por meio de tração
185 elétrica. **5.** Foi aprovada a resolução administrativa que recomenda a realização da
186 Campanha Nacional da Função Social da Propriedade. **6.** Foi aprovada a resolução
187 recomendada que propõe à Defensoria Pública da União e defensorias estaduais a
188 criação de Núcleos Especializados para Defesa em casos de Conflitos Fundiários e para
189 proposição de ações de Regularização de Terras Urbanas, assim como Ouvidorias
190 Externas às Defensorias Públicas. **DELIBERAÇÕES: 1.** Ficou decidido que o Comitê
191 de Habitação irá discutir sobre o GT de Moradia Social na próxima reunião. **2.** Será
192 marcada uma reunião do GT Orçamento e PAC a ser executada preferencialmente antes
193 ou em conjunto com a reunião da Coordenação Executiva. **3.** Ficou decidido pela
194 convocação do GT de Autogestão. **4.** Ficou marcada para os dias 11, 12 e 13 de março a
195 primeira reunião do Conselho das Cidades. **5.** Será encaminhado um documento que
196 ilustre a índole do Conselho das Cidades, a pluralidade, seus anseios e seus sentimentos
197 a Presidência da República. **6.** Foram indicados quatro nomes para integrar a Reunião
198 Inter Conselhos sendo dois do Segmento dos Movimentos Populares: um das
199 Organizações Não Governamentais e um dos Trabalhadores. **MOÇÕES. 1.** Foi
200 aprovada a Moção de Repúdio à seletividade do reconhecimento do direito à moradia

201 que representa o “auxílio moradia” autoconcedido pelo Poder Judiciário a seus
202 magistrados. **2.** Foi aprovada a Moção que manifesta satisfação da nomeação do cidadão
203 brasileiro Léo Heller pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações
204 Unidas (ONU) ao posto de Relator Especial sobre o Direito à Água e ao Saneamento. **3.**
205 Foi aprovada Moção de Repúdio a ação violenta promovida pela Guarda Civil
206 Municipal da Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP. **ENCERRAMENTO. 1.** Foi
207 requerida a Secretária-Executiva do Conselho das Cidades que solicite à Conjur um
208 parecer jurídico acerca do artigo 17 (quórum de instalação, quórum de votação e
209 autoridade do plenário em conduzir as votações) do Regimento Interno do Concidades
210 para ser apresentado na próxima reunião da Coordenação-Executiva. O Secretário-
211 Executivo do Conselho das Cidades considerou cumprida a pauta, agradeceu a presença
212 de todos e deu por encerrada a reunião.